

Carta Eletrônica de Conjuntura Econômica

Ano 2, Número 20, setembro de 2004.

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - CEPE

cepe@unisc.br

.....EDITORIAL

Estamos chegando nesta edição de setembro na reta final do ano de 2004. Na próxima segunda-feira temos o feriado da Revolução Farroupilha e logo se encerra o mês. Depois vem outubro - e a Oktoberfest! - e já estaremos em novembro só aguardando as festas de final de ano. Então surge a pergunta: o que nos reserva o final do ano? Teremos realmente um crescimento do PIB da ordem de 4% ?

Os indicadores do IBGE até o momento apontam isto. Entretanto, fica sempre uma ressalva: revisões das estatísticas das contas nacionais são feitas periodicamente e talvez logo em seguida haja uma revisão para baixo das estimativas originais. Esperamos que não seja este o caso e que a previsão inicial seja confirmada, o que traria, além da melhora nos indicadores econômicos, um sopro de ânimo para o próximo ano. Afinal, não só temos um elevado contingente de desempregados para ser incluído no mercado - no sentido de acesso ao consumo de bens e serviços - mas principalmente um estoque de dívida pública a ser resgatada e a necessidade de consolidação de um ambiente estável e democrático, com regras claras e definidas, fundamental para o cálculo econômico de longo prazo - este sim o motor do crescimento da economia através do investimento em ampliação da capacidade instalada das empresas.

É neste contexto que devemos entender a decisão do COPOM em elevar a taxa de juros básica da economia em 0,25 pontos percentuais: a necessidade de um crescimento sustentado e não tão somente uma bolha de crescimento que logo mais se exaure e deixa como resultado mais inflação e desordem econômica. Só para lembrar, dificilmente o Banco Central conseguirá cumprir com a meta de inflação para 2004 - só para relembrar, o compromisso fundamental de um Banco Central é com a estabilidade da moeda. Para o próximo ano, a meta é ainda mais apertada e é necessário sinalizar para o mercado que o BC está firmemente comprometido com a meta de inflação e não cairá na tentação do discurso - fácil - da política - ou de políticos - de que é necessária a redução da taxa de juros para estimular a economia.

Esta sempre foi uma meia-verdade: em economia dizemos que esta pode ser uma condição necessária, mas certamente não é uma condição suficiente. A estabilidade econômica - do ponto de vista do comportamento dos preços e das regras de negócios - é o fundamental na expectativa de investimento do empresário. E isto é o que o BC tem procurado demonstrar para o mercado: sua preocupação com o cálculo econômico de longo prazo, independentemente dos

humores - ou rumores ! - políticos do dia a dia. Daí a tese de independência do Banco Central ganhar cada vez mais força em diversos países. Aqui no Brasil já temos assistido a uma certa independência do BC e nos parece ser este um dos motivos do crescimento da economia em 2004.

Bem, este e outros assuntos são abordados nesta edição pelos nossos articulistas. Sempre desejando uma boa leitura, esperamos as críticas e sugestões para nosso endereço eletrônico.

....:SUMÁRIO

- ◆ CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL 27 DE AGOSTO DE 2004.
- ◆ CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 27 DE AGOSTO DE 2004.
- ◆ CRECEMOS, MAS E AÍ ?
- ◆ ÁGUIA OU GALINHA: O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO.

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL, 27 DE AGOSTO DE 2004.

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul foi de 0,26 % no período de 29 de julho a 27 de agosto de 2004, passando de R\$ 454,90 para R\$ 456,08.

Por grupo de despesa, os produtos de Higiene Pessoal apresentaram redução da ordem de 0,04 %, a Alimentação no Domicílio aumentou em 0,36 % e os produtos de Limpeza Doméstica reduziram em 0,06 %.

Dos 60 produtos pesquisados, 24 tiveram elevação de preço neste período, 33 reduziram o preço e 03 permaneceram estáveis. As maiores contribuições para a elevação do custo do Cesto Básico foram da Batata Inglesa (contribuição de 0,62 %) e da Carne Suína (contribuição de 0,51 %). Entre os produtos que mais contribuíram para a segurar a elevação do custo do Cesto Básico destacam-se a Carne Bovina (contribuição de – 0,49 %) e o Pão Francês (contribuição de – 0,38 %).

Com esta variação de 0,26 % no mês de agosto, o custo do Cesto de Produtos Básicos acumula uma alta de 5,22 % no ano de 2004 e de 9,70 % nos últimos doze meses.

Os produtos utilizados para composição do Cesto Básico referem-se a um conjunto de produtos mais consumidos, obtidos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UNISC junto à famílias com renda familiar inferior a 10 salários mínimos em Santa Cruz do Sul.

[Veja o resultado do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul em 27 DE AGOSTO DE 2004.](#)

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	29 de Jul de 04		27 de Ago de 04		VAR. %	CONTRIBUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
Grupo: Higiene Pessoal								
01. Absorventes	pct/10	0,72	1,9358	1,3938	1,8608	1,3398	-3,8743	-0,0119
02. Desodorante	90 ml	1,35	2,4164	3,2622	2,3925	3,2299	-0,9902	-0,0071
03. Lam. Barbear	unid	2,08	0,9592	1,9951	0,9371	1,9491	-2,3023	-0,0101
04. Papel Higiênico	rolo	7,74	0,5581	4,3199	0,5288	4,0933	-5,2459	-0,0498
05. Pasta Dental	90 g	1,44	1,7530	2,5243	1,7740	2,5546	1,1979	0,0066
06. Sabonete	90 g	4,24	0,8167	3,4627	0,8270	3,5065	1,2653	0,0096
07. Shampoo	500 ml	0,73	5,1367	3,7498	5,2650	3,8435	2,4984	0,0206
Total / variação grupo:				20,7077		20,5166	-0,0420	
Grupo: Alimentação no Domicílio								
01. Aipim	kg	2,58	0,8475	2,1866	0,8250	2,1285	-2,6549	-0,0128
02. Alfafa	pé	3,66	0,7375	2,6993	0,5600	2,0496	-24,0678	-0,1428
03. Arroz	2 kg	4,79	4,6188	22,1238	4,3363	20,7706	-6,1164	-0,2975
04. Açúcar	2 kg	4,1	1,9920	8,1672	2,1420	8,7822	7,5301	0,1352
05. Banana	kg	3,19	1,4286	4,5571	1,3200	4,2108	-7,6000	-0,0761
06. Banha	kg	1,62	4,2533	6,8904	4,3900	7,1118	3,2132	0,0487
07. Batata Doce	kg	1,37	1,1875	1,6269	1,2375	1,6954	4,2105	0,0151
08. Batata Inglesa	kg	7,53	1,4367	10,8181	1,8133	13,6544	26,2181	0,6235
09. Beterraba	kg	1,53	1,3025	1,9928	1,6550	2,5322	27,0633	0,1186
10. Biscoitos	500 g	2,22	2,2590	5,0150	2,1075	4,6787	-6,7065	-0,0739
11. Café Moído	500 g	1,08	4,5157	4,8770	4,1857	4,5206	-7,3078	-0,0783
12. Carne Bovina	kg	8,53	5,6658	48,3296	5,4008	46,0691	-4,6772	-0,4969
13. Carne Frango	kg	5,96	3,2067	19,1117	3,4433	20,5223	7,3805	0,3101
14. Carne Suína	kg	1,98	8,3000	16,4340	9,4743	18,7591	14,1480	0,5111
15. Cebola	kg	2,33	2,6700	6,2211	2,6833	6,2522	0,4994	0,0068
16. Cenoura	kg	1,73	1,3150	2,2750	1,6100	2,7853	22,4335	0,1122
17. Cerveja	grf	4,29	1,5862	6,8046	1,5493	6,6464	-2,3244	-0,0348
18. Cigarros	maço	15,26	2,3000	35,0980	2,3000	35,0980	0,0000	0,0000
19. Erva Mate	kg	2,55	2,6060	6,6453	2,6050	6,6428	-0,0384	-0,0006
20. Ext. Tomate	370 g	1,21	1,7313	2,0948	1,7411	2,1067	0,5696	0,0026
21. Far. Mandioca	kg	0,34	3,8333	1,3033	3,7350	1,2699	-2,5652	-0,0073
22. Farinha Trigo	kg	7,89	1,5789	12,4574	1,4844	11,7123	-5,9817	-0,1638
23. Feijão Preto	kg	3,53	2,2514	7,9475	2,2514	7,9475	0,0000	0,0000
24. Fermento	100 g	2,94	3,5271	10,3698	3,9014	11,4702	10,6116	0,2419
25. Fósforos	pct/10	0,88	1,8814	1,6557	1,7950	1,5796	-4,5938	-0,0167
26. Gás de Bujão	13 kg	0,96	32,0000	30,7200	33,0000	31,6800	3,1250	0,2110
27. Laranja	dz	2,87	1,4963	4,2942	1,6715	4,7973	11,7143	0,1106
28. Leite Natural	l	22,8	1,3808	31,4815	1,3450	30,6660	-2,5905	-0,1793
29. Linguíça	kg	0,68	13,4860	9,1705	13,7125	9,3245	1,6795	0,0339
30. Maizena	500 g	0,51	2,6886	1,3712	2,6271	1,3398	-2,2848	-0,0069
31. Margarina	250 g	3,66	1,4138	5,1746	1,3766	5,0383	-2,6335	-0,0300
32. Massas	500 g	2,83	1,9664	5,5648	1,9790	5,6006	0,6426	0,0079
33. Maçã	unid	3,7	0,3881	1,4359	0,3982	1,4733	2,6029	0,0082
34. Nata	kg	0,48	5,0345	2,4166	5,0380	2,4182	0,0686	0,0004
35. Nescau	500 g	0,8	3,8971	3,1177	3,6314	2,9051	-6,8182	-0,0467
36. Ovos	dz	3,84	2,7020	10,3757	2,5860	9,9302	-4,2931	-0,0979
37. Pipocas	500 g	0,76	2,0125	1,5295	1,8380	1,3969	-8,6708	-0,0292
38. Pão Francês	500 g	10,67	2,4867	26,5327	2,3250	24,8078	-6,5013	-0,3792
39. Refrigerante	l	6,55	0,9359	6,1302	0,9088	5,9523	-2,9019	-0,0391
40. Repolho	kg	2,03	0,8725	1,7712	0,9750	1,9793	11,7479	0,0457
41. Sagú	500 g	0,49	2,5120	1,2309	2,4757	1,2131	-1,4445	-0,0039
42. Sal	kg	1,75	0,6771	1,1850	0,6771	1,1850	0,0000	0,0000
43. Tomate	kg	2,29	3,1283	7,1639	3,3433	7,6562	6,8727	0,1082
44. Vinagre	grf	1,39	0,9667	1,3437	0,9243	1,2848	-4,3842	-0,0129
45. Óleo de Soja	900 ml	3,15	2,9658	9,3424	2,8742	9,0536	-3,0908	-0,0635
Total / variação grupo:				409,0541		410,6984	0,3615	
Grupo: Limpeza Doméstica								
01. Alvejantes	l	0,67	1,4500	0,9715	1,3867	0,9291	-4,3678	-0,0093
02. Bombril	pct/8	1,52	1,0133	1,5403	0,9843	1,4961	-2,8665	-0,0097
03. Cera Assoalho	450 g	0,78	7,9700	6,2166	8,2775	6,4565	3,8582	0,0527
04. Det./Desinfet.	500 ml	1,9	1,4942	2,8389	1,4392	2,7345	-3,6767	-0,0229
05. Esfregão Aço	unid	0,52	0,5525	0,2873	0,5200	0,2704	-5,8824	-0,0037
06. Sabão Barra	500 g	4,05	1,2151	4,9211	1,2248	4,9603	0,7977	0,0086
07. Sabão em Pó	800 g	1,08	6,0517	6,5358	5,9117	6,3846	-2,3134	-0,0332
08. Vassoura palha	unid	0,23	7,9800	1,8354	7,1150	1,6365	-10,8396	-0,0437
Total / variação grupo:				25,1468		24,8679	-0,0613	
CUSTO TOTAL				454,9086		456,0829		0,2581
VARIAÇÃO						0,2581		

CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 27 DE AGOSTO DE 2005.

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo da Cesta Básica Nacional em Santa Cruz do Sul foi de – 0,08 % no período de 29 de julho a 27 de agosto de 2004, passando de R\$ 141,16 para R\$ 141,05.

Dos 13 produtos pesquisados, 08 tiveram redução de preço neste período, 01 permaneceu estável – Feijão Preto – e 04 apresentaram elevação. A maior contribuição para a redução do custo da Cesta Básica Nacional foi da Carne Bovina (contribuição de – 1,23 %), seguida do Pão Francês (contribuição de – 0,68 %). No levantamento anterior, a Carne Bovina também teve redução de preço contribuindo para reduzir a elevação verificada em julho.

Os produtos que mais contribuíram para segurar a redução da Cesta Nacional foram a Batata Inglesa (contribuição de 1,60 %) e o Tomate (contribuição de 1,37 %), invertendo a posição do levantamento do mês de julho e, no caso do Tomate, com alta contínua de preço desde abril.

Ao longo do ano de 2004 a Cesta Básica Nacional já aumentou 9,01 % em Santa Cruz do Sul e, comparando-se com o custo vigente em 01 de setembro de 2003, o aumento da Cesta Básica Nacional já alcançou 17,62 %.

Conforme o levantamento do DIEESE para o mês de agosto de 2004, Porto Alegre continuou, pelo quarto mês consecutivo, com o maior custo da Cesta Básica, com um custo total de R\$ 189,99.

A partir do custo da Cesta Básica Nacional é possível calcular o número de horas necessárias para sua aquisição por um trabalhador que receba um salário mínimo mensal. Com o custo verificado em Santa Cruz do Sul são necessárias 119,35 horas para a aquisição destes 13 produtos.

Da mesma forma, a partir dos gastos com alimentação é possível estimar-se o salário mínimo necessário para o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Seguindo a mesma metodologia utilizada pelo DIEESE, o valor para o mês de agosto de 2004 alcançou R\$ 1.176,08 para uma família composta por dois adultos e duas crianças.

A Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil. Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

**Veja o resultado do custo da Cesta Básica Nacional em
Santa Cruz do Sul, em 27 DE AGOSTO DE 2004.**

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	29 de Jul de 04		27 de Ago de 04		VAR. %	CONTRI- BUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
01.Arroz	2 kg	1,5	4,6188	6,9281	4,3363	6,5044	-6,1164	-0,3002
02.Açúcar	2 kg	1,5	1,9920	2,9880	2,1420	3,2130	7,5301	0,1594
03.Banana	kg	6,3	1,4286	9,0000	1,3200	8,3160	-7,6000	-0,4845
04.Banha	kg	0,9	4,2533	3,8280	4,3900	3,9510	3,2132	0,0871
05.Batata Inglesa	kg	6	1,4367	8,6200	1,8133	10,8800	26,2181	1,6009
06.Café Moído	500 g	1,2	4,5157	5,4189	4,1857	5,0229	-7,3078	-0,2805
07.Carne Bovina	kg	6,6	5,6658	37,3945	5,4008	35,6455	-4,6772	-1,2389
08.Farinha Trigo	kg	1,5	1,5789	2,3683	1,4844	2,2267	-5,9817	-0,1004
09.Feijão Preto	kg	4,5	2,2514	10,1314	2,2514	10,1314	0,0000	0,0000
11.Leite Natural	l	7,5	1,3808	10,3558	1,3450	10,0875	-2,5905	-0,1900
10. Margarina	kg	0,75	1,4138	1,0604	1,3766	1,0324	-2,6335	-0,0198
12.Pão Francês	500 g	6	2,4867	14,9200	2,3250	13,9500	-6,5013	-0,6871
13.Tomate	kg	9	3,1283	28,1550	3,3433	30,0900	6,8727	1,3707
CUSTO TOTAL				141,1684		141,0508		-0,0833
VARIAÇÃO						-0,0833		

CRESCEMOS, MAS E AÍ ?

André Carraro acarraro@unisc.br

Este mês de Agosto nos trouxe algumas boas notícias e algumas dúvidas. Temos a comemorar o crescimento do consumo interno, a redução na taxa de desemprego e a redução na relação entre dívida pública e o PIB. Mas uma nova pergunta surge no cotidiano do brasileiro: e se a taxa de juros não subir, que fim de ano teremos?

Esta pergunta me permite falar este mês um pouco sobre a relação consumo-PIB. Existe na sociedade e, dentro da Ciência Econômica, alguma crença que sugere que o crescimento econômico viria do aumento do consumo (se você é aluno de economia leia demanda agregada). Necessitando aumentar o emprego, ou a renda, a solução que está na ponta da língua é, invariavelmente, o aumento do consumo. A lógica deste pensamento está no seguinte raciocínio: se o André comprar uma calça de jeans nova, ele irá (marginalmente) contribuir para que a loja contrate um novo funcionário e, também marginalmente, irá contribuir para que a empresa que fabricou o jeans perceba um consumo maior e contrate um novo empregado. Como resultado teríamos mais emprego, mais massa salarial e mais consumo. A conclusão óbvia deste raciocínio é: queremos maior crescimento econômico? Então precisamos ter maior consumo. Onde está o equívoco?

O equívoco está em colocar o consumo como causa do crescimento, quando ele é uma consequência do crescimento econômico. Não é a redução do desemprego que causa um maior crescimento econômico, mas é um maior crescimento econômico que causa redução do desemprego, aumento na massa salarial e, aumento no consumo. O problema não é apenas uma discussão de causalidade, mas uma má interpretação do que seja(m) o(s) fator(es) do crescimento econômico. Se o consumo não é fator de crescimento econômico, então que fator causa crescimento? A resposta direta, mas não definitiva, é investimento.

Agora podemos falar de conjuntura do Brasil. O governo brasileiro tem defendido com uma certa ênfase o chamado crescimento sustentado. Ora, mas o crescimento é sustentado por quem? O que quero enfatizar este mês é que o consumo não sustenta um crescimento econômico e, por isso, depois de termos crescido no último trimestre algo em torno de 6%, estamos enfrentando uma nova pressão inflacionária. O desempenho do IGP-DI expressa este fato. Olhem o desempenho do último quadrimestre de 2003 e comparem com os resultados obtidos no último quadrimestre deste ano. Percebem que o nível do índice de preços mudou? Se estávamos em um nível em torno de 0,5% ao mês, estamos agora em um nível de 1,30% ao mês. O acumulado do ano está em 9,37% e, neste ritmo, estaríamos fechando o ano de 2004 com uma inflação de 24% ao ano.

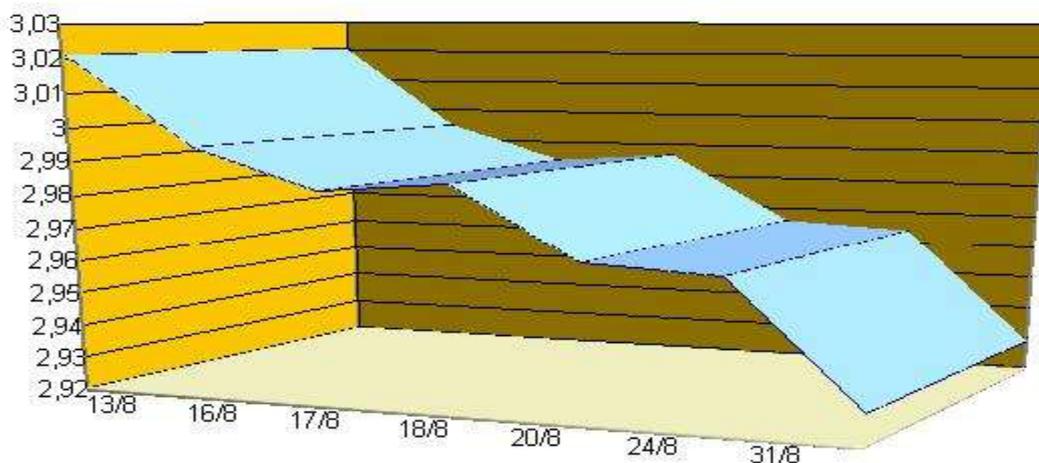
O Banco Central tem uma tarefa e tanto para resolver neste fim de ano. Primeiro mostrar que possui o domínio da situação. Segundo, mostrar que inflação é problema do Banco Central e não de governo. Terceiro, mostrar que mesmo em ano eleitoral, a instituição está comprometida

com o cumprimento da meta inflacionária. E, por último, convencer a sociedade da confiabilidade de suas escolhas.

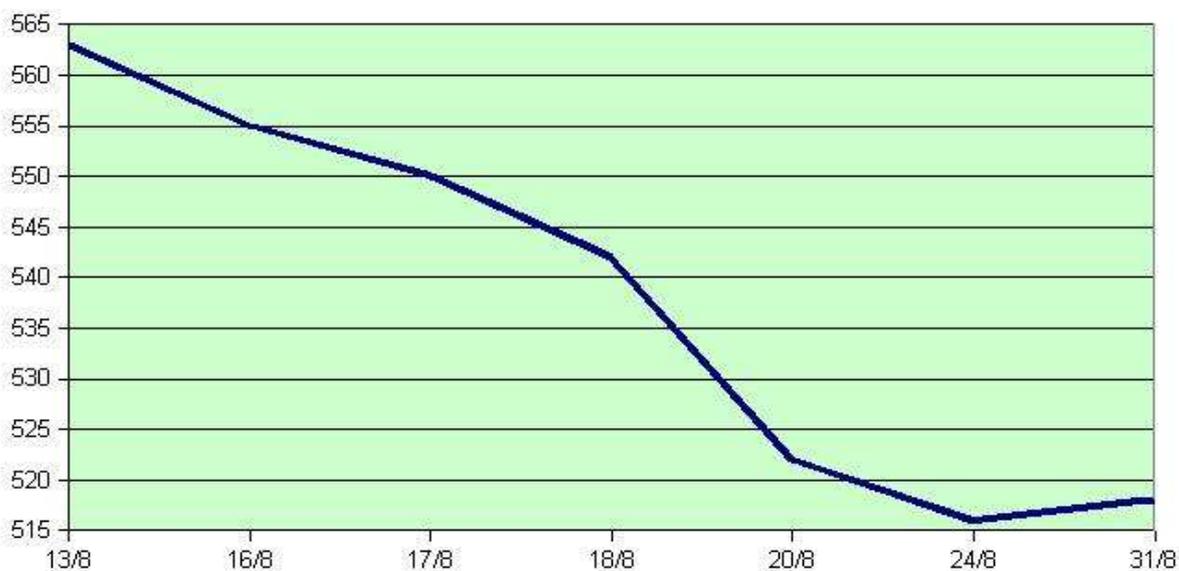
Se a meta inflacionária para este ano é apertada (5,5%), a do próximo ano é mais apertada ainda (4,5%) e ninguém mais dúvida da necessidade de elevação na taxa de juros. O mercado financeiro já está antecipando um aumento de 0,75 ponto percentual na taxa Selic de juros. Isso mesmo o país tendo apresentado um ótimo desempenho nas suas contas externas. O dólar está estável, o risco-país ficou oscilando na casa dos 500 pontos e o preço do petróleo, depois de uma alta terminou o mês de agosto em queda.

Lembrem-se, nós não precisamos de inflação para crescer, nós precisamos de investimento.

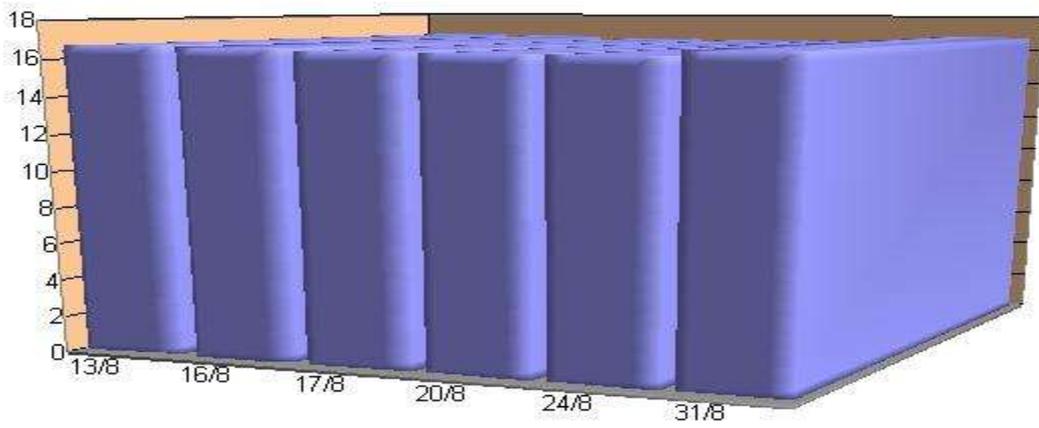
CÂMBIO



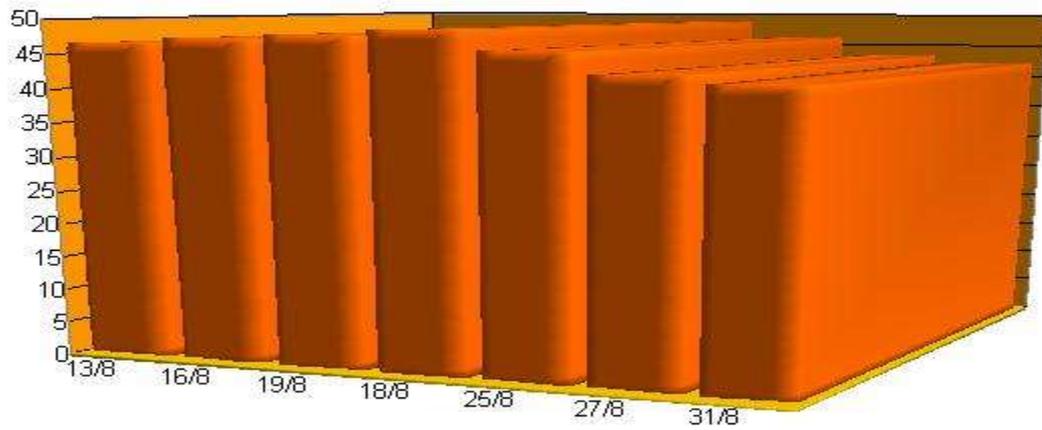
Risco Brasil



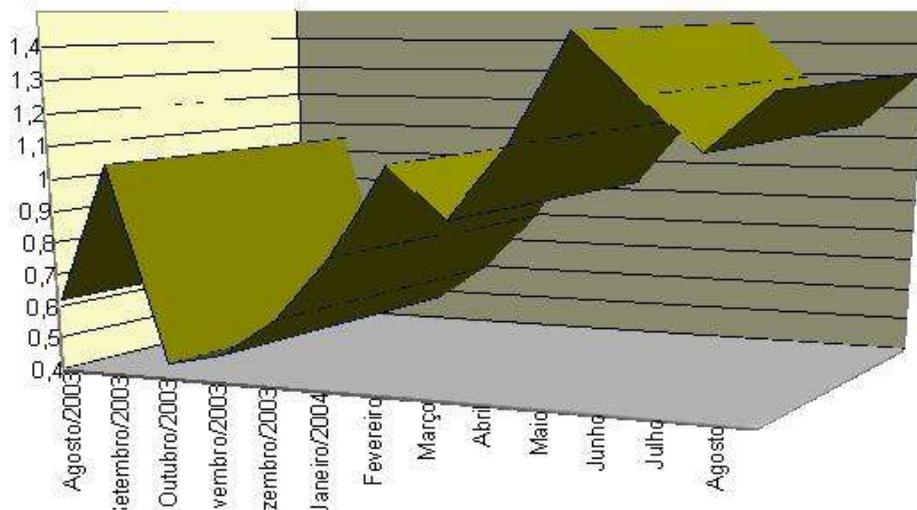
Juros Futuro



PETRÓLEO



IGP DI



ÁGUIA OU GALINHA: O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Túlio Marques Jr. marquesjr@ppge1.ppge.ufrgs.br

O crescimento econômico brasileiro acima do esperado no segundo trimestre de 2004 (1,5% sobre o trimestre anterior) foi uma grata surpresa. A pergunta que inquiete é se este crescimento será sustentável ou não será? A resposta mais plausível é sim, o crescimento é sustentável. Mas não se deve esperar sucessivas taxas de crescimento altas para os próximos dois ou três anos. Se o país crescer 4,1% este ano, como já se projeta, essa não é necessariamente uma excelente notícia.

Fazendo um paralelo entre a economia e uma criança, podemos intuir que a criança deve ter uma velocidade de crescimento moderada após os sete primeiros anos de vida para que se mantenha saudável. Se a criança crescer à taxas aceleradas por toda a infância e adolescência se tornará um gigante com sérios problemas de saúde. Outro fator de relevância é que o crescimento de seus membros deve guardar uma proporcionalidade para que não haja problemas motores.

Qual o paralelo disso com a economia brasileira? Se crescermos por dois anos seguidos à taxas de quatro a cinco por cento ao ano, nosso sistema de fornecimento de nutrientes (energia) entra em colapso. Ao ritmo em que estamos crescendo, nosso sistema locomotor (estradas de rodagem, ferrovias, portos e aeroportos) sofrerão de fadiga grave. Tudo ocorreria como se o organismo Brasil fizesse um esforço acima de suas capacidades. No corpo humano o resultado de tal ação seria a doença. Numa economia seriam prejuízos e formação de expectativas pessimistas com adiamento de investimentos.

Se houver um entupimento das estradas e portos ou um apagão, os empresários devem investir menos (plantar menos, controlar a produção industrial) durante algum tempo. Mas à medida que se sinalize a solução desses problemas, o investimento e o crescimento devem voltar. Por isso, podemos dizer que o crescimento é sustentável, mas seu ritmo não é seguro e nem contínuo. Utilizando outro paralelo para o fenômeno do crescimento, podemos dizer que o vôo deve começar sendo de galinha, porém a galinha tem tudo para virar águia em pleno vôo.

Felizmente a economia não está submetida às mesmas leis da biologia. O sistema de fornecimento de nutrientes pode ser aumentado quase que indefinidamente. Assim como o sistema locomotor. Em outras palavras, a infra-estrutura do país pode ser expandida, bastando que ocorram investimentos. As parcerias público-privadas (PPP) são essenciais para isso? Não, não são. As PPP são mais um tipo de relacionamento entre o Estado e o ente privado, são apenas complementar às concessões e ao processo de licitação.

No passado, a sociedade brasileira permitiu que o governo endividasse exageradamente o Estado. Essa dívida teria de ser paga um dia. Está sendo agora, causando todas as restrições

que um descontrole de gastos causa na vida pessoal ou das nações. O projeto de PPP que está no Congresso, ao ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, permite que o governo novamente endivide o Estado sem controle. Caso isso venha a ocorrer, em algum momento no futuro um vôo de águia pode ter que tornar-se um vôo de galinha no crescimento brasileiro.

Sintomático desse processo histórico é que o Brasil só conseguiu resolver parte de seus problemas (inflação, aumento da concentração de renda, baixo crescimento) quando um governante resolveu limitar sua capacidade de fazer dívida para que a população pagasse. Assim como o cuidado com a saúde deve ser constante, o cuidado com a saúde econômica também deve. Assim como abusos causam doenças no organismo vivo e a recuperação é lenta, abusos financeiros causam males que demoram tempo para ser debelados na economia.

Nossos problemas históricos de falta de infra-estrutura, dificuldades de crescimento, concentração de renda, são efeito da atuação descontrolada do Estado. Quem conhece a história econômica do Brasil sabe que o descontrole começou com D. João VI. Quem conhece teoria econômica sabe que grande parte dos poucos bons frutos que estamos colhendo em 2004 é efeito do virtuosismo econômico que o Brasil adquiriu a partir da segunda metade dos anos 90. Cabe aos cidadãos de hoje decidir que tipo de herança desejam deixar aos cidadãos de amanhã. A de D. João VI ou a do crescimento.